

Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	29.983,76	16.523,53	-	18.866,84	-	-	-	-	22.042,67	-	11.361,86	-	98.778,66	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	764.000,84	773.089,07	1.109.971,69	365.039,81	1.177.143,80	790.646,79	787.704,63	800.890,08	802.918,60	802.918,60	815.036,88	866.144,40	9.855.505,19	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	6.328.539,99	7.401.175,25	12.054.792,67	9.518.435,63	8.407.619,37	6.929.734,24	6.856.919,35	6.754.575,90	6.791.101,99	6.910.705,16	6.649.560,00	6.766.952,12	91.370.111,67	245.527,92	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) ⁴	829.157.292.075,07	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	91.615.639,59	0,011049%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art.20 da LRF) ⁵	137.922.023,96	0,016634%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art.22 da LRF)	131.025.922,77	0,015802%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art.59 da LRF)	124.129.821,57	0,014971%

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE - SCOP/COFIN/TRE-AL - Emitido em 23.09.2019 às 13:00 horas.

Notas:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do Art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do Art. 35 da Lei 4.320/64.

2 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

3 - As despesas com auxílios natalidade e funeral não foram consideradas, conforme recomendação do Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário e Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF.

4 - Valor referente à Portaria STN nº 633 de 18.09.19 (DOU de 19.09.19).

5 - Limite Máximo estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177, de 6 de agosto de 2013.

ANEXO II

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4.

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2018 A AGOSTO/2019

		DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		101.569.923,44	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)		9.954.283,85	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)		91.615.639,59	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		829.157.292.075,07	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre RCL (V) = (III / IV) * 100		0,011049%	
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III	% DA RCL	VALOR
	Resol. CNJ 5/2005 - Ato decorrente \2: Portaria TSE nº 478 de 26.09.05	0,016682%	138.320.019,46
	Resol. CNJ 26/2006 - Ato decorrente \2: NÃO TEM.	-	-
	Resol. CNJ 177/2013 - Ato Decorrente \2: Portaria TSE nº 385 de 22.08.13	0,016634%	137.922.023,96
	Justiça do Trabalho - Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3	-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça.

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho.

RUI CARLOS GALVÃO
Gestor Financeiro

GIANE DUARTE COELHO MOURA
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

De acordo.

FILIPPE LÔBO GOMES
Diretor-Geral

Des. PEDRO AUGUSTO MENDONÇA DE ARAÚJO
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 396, DE 23 DE SETEMBRO DE 2019

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso relativo ao segundo quadrimestre de 2019.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XI do artigo 19, do Regimento Interno deste Tribunal, e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, no Acórdão 553/2017 TCU-Plenário, e ainda no Processo Administrativo Eletrônico 387/2018, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao segundo quadrimestre de 2019, constituído do Demonstrativo das Despesas com Pessoal e do Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, constantes dos anexos desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. GILBERTO GIRALDELLI



ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO DE 2018 A AGOSTO DE 2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
	LIQUIDADAS													
	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.698.065,70	9.267.404,88	14.480.607,65	8.775.046,48	11.070.788,08	8.102.872,23	8.175.775,89	8.158.148,61	8.133.859,82	8.220.941,87	8.039.710,67	8.062.623,11	108.185.844,99	1.080.752,08
Pessoal Ativo	6.546.173,46	8.146.166,81	12.758.660,77	7.626.824,16	9.272.345,41	6.887.738,34	6.940.065,88	6.892.435,69	6.841.741,81	6.876.291,05	6.746.568,47	6.769.480,91	92.304.492,76	1.080.752,08
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.690.724,69	7.287.056,06	11.004.430,54	6.705.934,30	8.348.124,39	5.967.520,70	6.015.217,44	6.000.937,33	5.956.983,42	5.994.235,76	5.861.910,57	5.883.553,29	80.716.628,49	1.064.687,22
Obrigações Patronais	855.448,77	859.110,75	1.754.230,23	920.889,86	924.221,02	920.217,64	924.848,44	891.498,36	884.758,39	882.055,29	884.657,90	885.927,62	11.587.864,27	16.064,86
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.151.892,24	1.121.238,07	1.721.946,88	1.148.222,32	1.798.442,67	1.215.133,89	1.235.710,01	1.265.712,92	1.292.118,01	1.344.650,82	1.293.142,20	1.293.142,20	15.881.352,23	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	855.445,75	823.666,29	1.271.686,70	840.211,32	1.326.720,20	899.321,64	919.897,76	940.787,60	976.305,76	1.028.838,57	977.329,95	977.329,95	11.837.541,49	-
Pensões	296.446,49	297.571,78	450.260,18	308.011,00	471.722,47	315.812,25	315.812,25	324.925,32	315.812,25	315.812,25	315.812,25	315.812,25	4.043.810,74	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.165.038,13	1.230.477,42	1.525.386,09	389.615,66	1.798.442,67	1.215.133,89	1.235.710,01	1.297.432,47	1.298.462,84	1.344.650,82	1.298.095,52	1.293.142,20	15.091.587,72	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	26.282,52	-	-	-	-	26.282,52	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	13.145,89	109.239,35	-	62.955,81	-	-	-	5.437,03	6.344,83	-	4.953,32	-	202.076,23	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.151.892,24	1.121.238,07	1.525.386,09	326.659,85	1.798.442,67	1.215.133,89	1.235.710,01	1.265.712,92	1.292.118,01	1.344.650,82	1.293.142,20	1.293.142,20	14.863.228,97	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	6.533.027,57	8.036.927,46	12.955.221,56	8.385.430,82	9.272.345,41	6.887.738,34	6.940.065,88	6.860.716,14	6.835.396,98	6.876.291,05	6.741.615,15	6.769.480,91	93.094.257,27	1.080.752,08
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													829.157.292.075,07	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)													94.175.009,35	0,011358
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													152.581.524,89	0,018402
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													144.952.448,64	0,017482
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)													137.323.372,40	0,016562

FONTE: SIAFI, SOF/TSE E COF/SAO/TRE-MT, Emitido em 23/set/2019 às 08h e 15m.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 633, de 18 de setembro de 2019.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO DE 2018 A AGOSTO 2019

R\$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				109.266.597,07	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				15.091.587,72	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				94.175.009,35	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				829.157.292.075,07	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,011358%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LR, art. 20, incisos I, II e III			0,018455%	153.020.978,25
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº478, de 26 de setembro de 2005	0,018436%	152.863.438,37
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,018402%	152.581.524,89
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

MAURO SÉRGIO RODRIGUES DIOGO
 Diretor-Geral

RAFAEL ZORNITTA
 Secretário de Administração e Orçamento

ISABELA CRISTINA NÉSPOLI
 Coordenadora de Controle Interno e Auditoria, em exercício

Des. GILBERTO GIRALDELLI
 Presidente do Tribunal

